

Luta de classes, crise sanitária e dignidade humana: uma análise discursiva da desigualdade social estrutural materializada em discursos acerca da Covid-19

*Class struggle, health crisis and human dignity:
a discursive analysis of structural social
inequality materialized in discourses about
Covid-19*

Naiara Souza da Silva¹
Mariana Jantsch de Souza²

RESUMO

Neste texto, são analisadas, em uma perspectiva Discursiva Materialista em Análise de Discurso de vertente pêcheuxtiana, práticas discursivas representativas de saberes e interesses de classes sociais economicamente privilegiadas em formações sociais organizadas a partir do modo de produção capitalista, cuja base é a exploração do trabalho. A proposta é pensar a luta de classes no contexto da crise sanitária no Brasil, observando que a pandemia foi/é vivenciada de modo diferente para cada classe social. Buscamos, assim, compreender o modo como essa parcela da sociedade atribui sentido à crise sanitária e que efeitos emergem desses discursos que se contrapõem aos interesses de outras classes, no que se refere à proteção contra os riscos sanitários da Covid-19 para a população brasileira. Este gesto analítico, traz um recorte de quatro sequências discursivas que consideramos representativas de uma formação discursiva em que subjaz uma formação ideológica. Portanto, o presente trabalho apresenta uma discussão sobre o imbricamento entre questões de classe, dignidade humana e direito à saúde, com o interesse de refletir sobre o nexos entre ideologia e discurso, atentando para as relações de desigualdade/subordinação e invisibilização das classes sociais vulneráveis, acirrada diante desse cenário.

Palavras-chave: *Análise de Discurso; Crise sanitária; Luta de classes.*

ABSTRACT

In this text, we analyze from a Materialist Discourse Analysis perspective of Discourse Analysis of Pêcheuxtian based, discursive practices representing knowledge and

1 UNIPAMPA, Campus Jaguarão

2 IFSul - Campus Venâncio Aires

interests of economically privileged social classes in social formations organized from the capitalist mode of production, whose basis is the exploitation of labor. The proposal is to think about the class struggle in the context of the health crisis in Brazil, based on the understanding that the pandemic was/is experienced differently by each social class. Thus, we seek to understand how this part of society attributes meaning to the health crisis and what effects emerge from these discourses that oppose the interests of other classes, with regard to protection against the health risks of Covid-19 for the Brazilian population. This analytical gesture, brings a cut of four discursive sequences that we consider representative of a discursive formation in which an ideological formation underlies. Therefore, this work presents a discussion on the intertwining between class issues, human dignity and right to health, with the interest of reflecting on the nexus between ideology and discourse, paying attention to the relations of inequality/subordination and invisibility of vulnerable social classes, sharpened in this scenario.

Keywords: *Discourse Analysis; Health crisis; Class struggle.*

Considerações iniciais

Este texto é fruto de uma parceria de pesquisa, análises e reflexões teóricas em Análise Materialista de Discurso (AD), em sua vertente pêcheuxtiana. A leitura que apresentamos é continuidade de trabalhos anteriores³ em que nos debruçamos sobre diferentes práticas discursivas que atribuem sentido à emergência em saúde pública vivenciada em nível global desde março de 2020, conforme declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – a pandemia da Covid-19.

As reflexões aqui materializadas são parte de um trabalho apresentado no *X Seminário de Estudos em Análise do Discurso – SEAD*, na Sessão Coordenada II – *Discurso, lutas de classes, gênero e raça*, no qual propomos uma discussão sobre o imbricamento entre questões de classe, dignidade humana e direito à saúde. Este entrelaçamento, a nosso entender, possibilita-nos refletir sobre o nexos entre ideologia e discurso, atentando para as relações ideológicas de desigualdade/subordinação⁴, bem como para a invisibilização das classes sociais vulneráveis, acirrada diante desse cenário.

3 Este exercício teórico-analítico insere-se num percurso de análises sobre a Covid-19, conforme publicado em SILVA; SOUZA, 2021a e 2021b.

4 Tomamos como basilares as considerações de Pêcheux ([1988] 2009) sobre discurso e

Segundo relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021a, 2021b), a pandemia agravou a crise humanitária global nos anos de 2020 e 2021, e as necessidades humanitárias dobraram nos países vulneráveis, os quais vivem privações no acesso à vacinação, por exemplo. Nesse cenário global, a ONU estima que 274 milhões de pessoas precisarão de ajuda de emergência em 2022, no que se refere às questões materiais mais básicas de sobrevivência. Diante disso, nossas reflexões são construídas levando em conta que a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 é atravessada por questões de classe e, por isso, seus desdobramentos sociais não são vividos de modo homogêneo: a classe trabalhadora viveu a vulnerabilidade social em seu extremo em nossa sociedade.

Neste exercício analítico, em continuidade à discussão apresentada no evento citado, propomos pensar a luta de classes a partir do entendimento de que a pandemia foi/é vivenciada, em nosso país, de modo diferente para cada classe social. Assim, buscamos compreender o modo como uma parcela da sociedade – neste caso, as classes sociais economicamente privilegiadas em formações sociais organizadas a partir do modo de produção capitalista, cuja base é a exploração –, atribui sentido à crise sanitária e quais efeitos de sentido emergem desses discursos que se contrapõem aos interesses de outras classes – sobretudo, a classe trabalhadora –, no que se refere à proteção e prevenção quanto aos riscos sanitários da Covid-19 para a população brasileira.

Para tanto, explicitamos algumas questões norteadoras, as quais funcionam como eixo que orienta nosso olhar. São elas: como uma classe social privilegiada atribui sentido à pandemia da Covid-19 e a seus desdobramentos sócioeconômicos? No que tange à crise sanitária, esse processo de significação evidencia que tipo de relação entre as classes sociais privilegiadas e as classes sociais economicamente vulneráveis? Como são significadas as necessidades de proteção da vida e da saúde para cada parcela da sociedade?

Com esse fio que nos conduz, observamos nosso arquivo⁵ e atentamos para as regularidades de práticas discursivas representativas de um modo específico de significar a crise sanitária, os riscos coletivos e a gravidade social deste contexto. Nesse panorama, retomamos que “para compreendermos o

ideologia ao analisar as condições ideológicas de reprodução/transformação das condições de produção, as quais são relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os elementos dos aparelhos ideológicos de Estado. Nas práticas sociais, cujo discurso é a forma de materialização que interessa em nossa perspectiva teórica, “os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem” ([1988] 2009, p. 132). Dessa forma, conforme essa compreensão acerca das relações ideológicas, observamos a luta de classes a partir de práticas discursivas que materializam relações sociais materiais de dominação-subordinação.

5 Construimos e organizamos, desde o início da pandemia no Brasil, um arquivo que contempla diferentes discursos acerca da Covid-19 e seus desdobramentos sociais e econômicos. As materialidades foram/são retiradas de suportes virtuais midiáticos, ou seja, de meios de comunicação digitais, de modo que circulam em contextos públicos no espaço virtual.

funcionamento do discurso, isto é, para *explicarmos as suas regularidades*, é preciso *fazer intervir a relação com a exterioridade*, ou seja, *compreendermos a sua historicidade*, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal” (ORLANDI, 2007, p. 29, grifamos). Portanto, com amparo na teoria, compreendemos que as regularidades por nós observadas possibilitam, de início, tomarmos essas práticas discursivas como práticas sociais que evidenciam a existência de condições ideológicas de reprodução e manutenção das relações sociais de produção, que funcionam a partir do binômio desigualdade/subordinação.

Realizado nosso recorte, selecionamos 4 sequências discursivas⁶ que tematizam a pandemia, especialmente, as consequências econômicas possíveis em decorrência das medidas sociais de proteção e de prevenção à disseminação e contaminação por Covid-19. Diante de nosso gesto analítico, configuramos uma formação discursiva, a qual denominamos FD dos empregadores/empresários, a partir dos dizeres que entendemos ser representativos de uma região de saber, procurando compreender a sua relação com o interdiscurso. Para tanto, amparamo-nos no que diz Cazarin (2010): “o que pertence propriamente a uma FD e o que permite delimitar o grupo de enunciados, apesar de díspares, que lhe são específicos é a maneira pela qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros” (CAZARIN, 2010, p. 04).

Entendemos pertinente configurar uma FD para melhor explicitar o até aqui posto, levando em consideração a historicidade do discurso em análise. Esse processo de configuração metodológica da FD dos empregadores/empresários nos permitiu, a partir do interdiscurso, compreender o modo como os sentidos são atribuídos à crise sanitária em contraposição aos interesses de outras classes, no que se refere à proteção contra os riscos sanitários da Covid-19, bem como à preservação da vida e da saúde da população brasileira e o respeito à dignidade humana.

A seguir, aprofundamos nossa leitura.

Crise sanitária e desigualdade social: quando a proteção e a prevenção sanitárias funcionam discursivamente como privilégio de classe

Eis as sequências⁷:

6 Trabalhamos a noção de sequência discursiva de referência (sdr) como denominou Courtine (2009 [1981]) em sua tese. Segundo o autor, a sdr, metodologicamente, é representativa de uma série de outras sequências que possuem similaridade no funcionamento discursivo em análise.

7 Salientamos que todas as sequências foram publicadas nas redes sociais e repercutidas por diferentes meios de comunicação virtual. Portanto, encontram-se *on-line* num vasto ambiente virtual público de produção e circulação de dizeres. Também importa situar temporalmente esses dizeres em relação à conjuntura sanitária no contexto brasileiro. Todas foram produzidas no início da pandemia: as sdr 1, 2 e 3 datam do final do mês de março de 2020 e a sdr 4 do mês de maio de 2020.

SD1: “[...] sou totalmente contrário a esse *lockdown* [...] O **Brasil não pode parar dessa maneira, o Brasil não aguenta, tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem essa condição de ficar parado assim.** As consequências que **nós** vamos ter economicamente no futuro vão ser muito maiores do que as **pessoas** que vão morrer agora com o coronavírus. [...] **Nós** não podemos por conta de **5 mil pessoas, 7 mil pessoas que vão morrer**, eu sei que é muito grave, eu sei que isso é um problema, **mas muito mais grave** é o que já acontece no Brasil [...]” (Corona vírus, 2020, Correio Braziliense, grifamos).

SD2: “**Pessoal**, o que **nós** estamos vendo nesse país hoje é uma **histeria que não deveria estar acontecendo.** [...] Pra mim, Luciano, é muito simples. Então, eu simplesmente fecho as lojas, cancelo os pedidos de todos os meus fornecedores. Tenho dinheiro para pagar tudo e vai sobrar dinheiro no meu bolso. E aí eu vou pegar e vou pra praia. Né? E quem sabe eu tenha que mandar 22 mil colaboradores embora. E 1 emprego no comércio é cinco para trás (na indústria). Então, se eu tenho 22 mil colaboradores, eu tenho 120 mil pessoas dependendo da Havan” (Em coro, 2020, Revista Fórum, grifamos).

SD3: “Qual é o **custo**, fala pra mim? Qual é o **custo** do que estamos vivendo [quarentena]? Daqui a três, quatro meses, quando essa crise inteira acabar, qual vai ser o **custo** pra **você**? Porque **se você pensa que o custo vai ser pessoas infectadas, mortes em razão desse vírus. Esse não vai ser o maior custo para a população brasileira, porque isso está sendo tratado. Agora, o que não está sendo tratado, nem conversado, é o custo que as medidas remediadoras vão ocasionar para as pessoas brasileiras.** Qual que é o **custo** pra **vocês**? [...] **Você** que é funcionário, que talvez esteja em casa numa boa, numa tranquilidade, curtindo um pouco esse home office, esse **descanso forçado**, **você** já se deu conta de que, **ao invés de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego?** Será que sua empresa tem condições de segurar o seu salário por 60, 90 dias? **Você** já pensou nisso? [...] Agora, o **custo** disso? Qual que é o **custo**? Qual que é o **custo** para **você**? Qual que vai ser a **tua** conta nessa história? [...] (Madero, Havan, Giraffas, 2020, Uol Economia, grifamos)

SD4: “Vou plagiar o ministro Paulo Guedes: nos sinais vitais, a indústria está rodando a 40 dos cem possíveis dos sinais vitais. O ambiente econômico produziu o socorro às pessoas e às empresas na medida que foi possível. Agora, **quando terminar o socorro às pessoas, as empresas vão estar fragilizadas,** [...] O que a gente não queria é que, **por conta de ter estado junto no combate à pandemia, o meu coração que está batendo a 40, eu**

não consigo retomar, os funcionários caem de novo na nossa folha. Aí eu tenho um inimigo lá fora que é meu adversário comercial, prontinho para suprir o mercado interno. Aí então **haverá a morte de CNPJ**” (MATHIAS; TORRES, 2020, grifamos).

Seguindo nossa leitura do discurso apresentado, uma vez que delimitar uma FD já é um gesto analítico, explicitamos que a configuração dessa região de saberes e a denominação como FD representativa dos saberes de empregadores/empresários leva em conta um eixo de significações dos fatores trabalho, capital e lucro, os quais, ao nosso ver, são centrais neste processo discursivo, no que tange à atribuição de sentido ao acontecimento histórico em pauta.

Para os sujeitos inscritos na FD em pauta⁸, o trabalho, como podemos recuperar em suas práticas discursivas, significa uma das maneiras de obtenção de lucro, colocado como fator primordial em detrimento da saúde e da vida. O que está em evidência, nesse contexto da pandemia da Covid-19, é justamente o par vida/morte, em função da contaminação e da propagação do vírus. Resta-nos perguntar: vida e morte de quem, de pessoas ou de empresas? Nesse caso, “a morte de CNPJ” (SD 4) é o que nos parece. Portanto, a maneira de observar essas relações de força é o que, metodologicamente, nos permitiu agrupar enunciados dispersos. Assim, denominamos FD dos empregadores/empresários⁹ aquela que agrega uma rede discursiva e demandas do segmento social referente aos donos dos meios de produção¹⁰.

Retomando as sequências em análise, destacamos que esses dizeres tomam como centro de atribuição de sentido as medidas de proteção coletivas indicadas pela OMS e implementadas em vários países, inclusive no

8 Em AD trabalhamos com a noção de sujeito do discurso e não com o sujeito empírico, o indivíduo. Sujeito do discurso é aquele que enuncia regulado pela FD na qual se inscreve, que determina os limites do que pode, deve e convém ser dito a partir desse espaço de dizer, em consonância com a formação ideológica subjacente. Nesta perspectiva teórica, o sujeito “carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido” (GRIGOLETTO, 2008, p. 2). Assim, entendemos que a FD dos empresários/empregadores agrega sujeitos que se identificam com essa rede discursiva e com os saberes, interesses e demandas por ela representados, isto não garante que os sujeitos que enunciam desse lugar discursivo sejam, empiricamente, empresários, empregadores, donos dos meios de produção. Isso porque, nesta perspectiva teórica, trata-se de um efeito imaginário de identificação com a FD.

9 Contudo, salientamos, conforme a perspectiva teórica que sustenta nossas reflexões, que a FD configurada não deve ser lida como um espaço homogêneo de atribuição de sentidos à crise sanitária no Brasil. Isto porque, segundo entende Pêcheux ([1988] 2009, p. 130 e ss.), não existe linearidade e homogeneidade nas relações ideológicas, as quais podem ser observadas no/pelo discurso. Desse modo, consideramos que a heterogeneidade é constitutiva da FD, dos processos discursivos.

10 Em razão do eixo de significação que sustenta a conformação da FD referida, entendemos necessário retomar Althusser, pois esse modo de atribuição de sentidos explicita “que toda formação social releva de um modo de produção dominante” e, assim, “podemos dizer que o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em relações de produção definidas” (1970, p. 10-11).

Brasil. A principal dessas medidas é o isolamento social, também chamado de quarentena e/ou *lockdown*. Seguindo com a observação do eixo de significação dos fatores trabalho, capital e lucro, observamos que tais medidas sanitárias são significadas a partir de uma perspectiva de classe, conforme as relações de produção capitalistas, em que os efeitos de sentido produzidos recuperam seus interesses de mercado diante do impacto desse cenário para a classe dos empregadores/empresários.

Esse funcionamento explicita a secundariedade de questões relacionadas ao direito à saúde e ao direito à vida, ou, em última instância, à dignidade¹¹ e aos direitos humanos¹². Com isso, esse processo discursivo faz emergir o antagonismo de classe – próprio de uma sociedade capitalista – e evidencia que sequer uma crise sanitária dessa magnitude pode tornar-se fator suficiente para amenizar as relações ideológicas de desigualdade/subordinação. Há, portanto, uma posição que mobiliza um dizer que remete a alguns sentidos e não a outros.

No jogo entre as duas instâncias, classe empregadora e classe operária, os sujeitos atribuem sentido à crise sanitária a partir do lugar que imaginariamente ocupam, em consonância aos saberes que estão no interior da formação discursiva na qual se inscrevem. Para Pêcheux (2009 [1988], p. 147, grifo do autor), “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa

11 Em nossas reflexões, buscamos, em última análise, pensar a relação entre Linguagem e Direitos Humanos. Nesse panorama, evidencia-se a noção de dignidade humana que, geralmente, é empregada associada aos direitos humanos, conforme ressalta Sarmiento (2016). Tratamos desta noção a partir de um viés jurídico e observamos que a dignidade surge como valor central em nossa Constituição, em seu artigo 1º, sendo consagrada como princípio fundamental da República Federativa do Brasil. Isso significa que toda a ordem jurídica é orientada para a promoção e proteção da pessoa, pois a dignidade é entendida como um “princípio profundamente humanista, baseado na valorização da pessoa e comprometido com a garantia dos seus direitos básicos contra todas as formas de injustiça e opressão” (SARMENTO, 2016, p. 15). Para este autor, a dignidade “não é propriamente um direito fundamental, mas a matriz de onde brotam direitos mais específicos” (2016, p. 327), funcionando como “poderoso instrumento em favor da inclusão e do respeito a todas as pessoas nas estruturas sociais e nas relações intersubjetivas” (2016, p. 339). Por fim, assim como o autor em pauta, acreditamos que os graves entraves vivenciados no Brasil quando se trata de dignidade humana “estão profundamente enraizados em nossa cultura e nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país” (2016, p. 339). É por isso que entendemos a linguagem, a partir dos discursos em circulação social, como uma das principais materialidades para compreensão do funcionamento da dignidade humana nas relações sociais.

12 Os direitos humanos são decorrência da ideia essencial de dignidade inerente ao ser humano. Para apresentar minimamente o horizonte a partir do qual empregamos essa expressão em nossos gestos de leitura sobre diferentes discursos em circulação social, recorremos à Flávia Piovesan que, em um de seus escritos sobre o tema (2005), inicia evidenciando que os direitos humanos são um construto axiológico humano em constante construção e “traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana” (2005, p. 44). São direitos universais e indivisíveis: toda pessoa, por sua condição humana, é titular de direitos que protegem e resguardam a pessoa em suas relações com outras pessoas e, especialmente, com o Estado. São garantias jurídicas tais como direito à: vida, liberdade, igualdade, integridade etc. Os direitos humanos quando inseridos expressamente na ordem jurídica constitucional de uma nação, passam a ser chamados de direitos fundamentais.

conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e deve ser dito’”. Em outras palavras, os sujeitos do discurso em análise são interpelados a atribuir sentido (aos acontecimentos em pauta) pela FD que representa a formação ideológica que lhe subjaz e, dessa forma, atender às necessidades de classes desprivilegiadas e produzir sentidos que as favorecem iria em direção oposta aos interesses sociais e econômicos que regulam a produção do dizer a partir desse lugar. De fato, no discurso em análise, observamos que a dominação da ideologia (da classe) dominante não pode cessar de reproduzir as relações de produção e de subjugar as classes dominadas.

Então, retomando nossas sds de análise, destacamos a referência ao Brasil de forma generalizada e homogeneizante – “O **Brasil** não pode parar dessa maneira” (SD1, grifamos) – e questionamos: que Brasil seria esse? Trata-se do Brasil de quem? De todos os brasileiros? Então, na mesma sequência temos pistas linguísticas que podem nos indicar algumas possibilidades de respostas: “o **Brasil** não aguenta, **tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar**” (SD1, grifamos). Assim, observamos que no fio do discurso a referência ao Brasil começa a ser especificada: trata-se do Brasil que trabalha, que precisa produzir. Trata-se do Brasil de uma parcela da população que precisa ter trabalho/emprego. Trata-se de um Brasil de classe social determinada. Não é o Brasil de sujeitos que não precisam de trabalho/emprego para (sobre)viver.

Por esse funcionamento, emergem dois aspectos em relação ao contexto da crise sanitária: Brasil e trabalho – os quais se opõem diretamente à morte e ao coronavírus. No nível do intradiscursos, temos, ainda, os termos *trabalho, produzir e trabalhar* associados diretamente a uma parcela específica do Brasil: a classe trabalhadora. E, nessa perspectiva, observamos a ênfase, a repetição de efeitos de sentido associados à necessidade e ao dever dessa classe em relação ao trabalho, à ocupação laboral (remunerada). Ou seja, é atribuído e reforçado o dever da classe trabalhadora de manter a produção, as relações de produção¹³ tal qual estão organizadas em nossa sociedade.

Após essa especificação, temos o seguinte: “O **Brasil não tem essa condição de ficar parado assim**” (SD1, grifamos). Como já observamos que se trata de uma parcela específica da população brasileira e de sua possibilidade de trabalhar ou não diante de medidas governamentais para promover períodos de isolamento social completo (*lockdown*), podemos entender que perpassa a esse dizer a seguinte construção parafrástica: o Brasil da classe trabalhadora não pode ficar parado, pois não existe essa possibilidade para esses sujeitos, mesmo no contexto de crise sanitária, mesmo se o trabalho colocar em risco as vidas desses sujeitos.

13 De acordo com Althusser, “a reprodução das forças produtivas dá-se pela reprodução da força de trabalho e essa reprodução é assegurada pelo salário, sua condição material” (1970, p. 11).

Os pares em oposição – “Brasil e trabalho” *versus* “morte e coronavírus” – são significados diferentemente nesse processo discursivo: “**Nós** não podemos por conta de **5 mil pessoas, 7 mil pessoas que vão morrer**, eu sei que é muito grave, eu sei que isso é um problema, **mas muito mais grave** é o que já acontece no Brasil [...]” (SD1, grifamos). Novamente, a questão do trabalho (ou do não trabalhar para manter o *lockdown*) é significada como uma possibilidade (ou privilégio) que o brasileiro trabalhador não pode fruir, mesmo que alguns milhares de trabalhadores morram. Assim, para essa rede discursiva, é preferível que esses sujeitos morram, em lugar de parar de trabalhar e de produzir, porque isso colocaria em risco a manutenção das relações ideológicas de produção e das relações sociais materiais de dominação-subordinação.

Esse modo de significar os desdobramentos da pandemia da Covid-19 faz emergir um efeito de indiferença diante da possibilidade de morte de alguns (milhares) brasileiros, mas não se trata de qualquer brasileiro, são apenas os sujeitos trabalhadores. Desse modo, nesse processo discursivo, não trabalhar é da ordem do impossível para sujeitos pertencentes à classe social em pauta; e a morte é significada como sendo da ordem do possível – e, até, provável/desejável na medida em que é dada como uma consequência natural decorrente das condições de produção e da necessidade de manutenção das relações de produção: “5 mil pessoas, 7 mil pessoas que **vão morrer**”. A morte de (milhares de) brasileiros trabalhadores é menos importante; é secundária em relação à manutenção do sistema de produção.

Esse funcionamento discursivo de exclusão pode ser recuperado também pelo emprego do pronome “nós” que inclui nesse posicionamento entre o “eu” e o “tu”, aquele sujeito que imaginariamente ocupa o mesmo lugar social, distanciando-se do “ele”, do outro sujeito que ocupa um lugar distinto nessas condições de produção. O “ele”, que está marcado no discurso do sujeito enunciador pelo substantivo “pessoas”, representa, novamente, a classe trabalhadora.

Na SD2, também temos o pronome “nós”: “**Pessoal**, o que **nós** estamos vendo nesse país hoje é uma **histeria** que **não deveria estar acontecendo**” (grifamos). Compreendemos que essa representação de uma coletividade inclui apenas sujeitos identificados à FD dos empregadores/empresários, cujo entendimento quanto à medida sanitária preventiva de isolamento social/quarentena é significada como excessiva. O vocativo “pessoal”, que antecede o pronome, já aponta para uma tomada de posição com relação ao seu interlocutor, unindo-se a ele, na sequência do seu discurso, com o uso do pronome seguido do verbo na primeira pessoa do plural: “Pessoal, o que nós estamos vendo...”. Ou seja, o *lockdown* seria desnecessário e uma reação excessiva/doentia (“uma histeria que não deveria estar acontecendo”), posto que os riscos à saúde e à vida decorrentes da crise sanitária são significados de

modo secundário e até insignificante em relação aos riscos que esse mesmo cenário de crise oferece para os sujeitos inscritos na FD em tela – a categoria de sujeitos representada pelo pronome nós.

Seguindo nosso olhar atento às questões norteadoras deste exercício analítico, dentre as possibilidades de pistas que poderiam ser destacadas para análise, na SD3 sublinhamos a recorrência do termo “custo” no fio do discurso, bem como o emprego de “você/vocês”. Essa repetição (cf. ERNST, 2009), que funciona pelo excesso no discurso, significa as questões de saúde pública apenas em termos econômicos: o custo que a proteção à saúde pública poderá gerar à certa classe. O sujeito trabalhador, nesse momento, é interpelado a atribuir determinado efeito de sentido à crise sanitária, sendo responsabilizado pelo seu futuro desemprego. Compreendemos, com isso, que a saúde pública, bem como a necessidade de proteção e de preservação da saúde dos sujeitos trabalhadores são significadas como um custo no interior dessa FD, um valor econômico a ser pago.

Quanto ao emprego de “você/vocês”, nessa SD, compreendemos que funciona como um recurso para a instauração de um efeito de intimidação do sujeito enunciador, dirigido ao seu interlocutor. Assim, o sujeito trabalhador surge no fio do discurso como possível interlocutor ameaçado e intimidado: “[...] **Você** que é funcionário, que talvez esteja em casa numa boa, numa tranquilidade, curtindo um pouco esse *home office*, esse **descanso forçado**, **você** já se deu conta de que, **ao invés de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego?** Será que sua empresa tem condições de segurar o seu salário por 60, 90 dias? [...]” (SD3, grifamos).

240

Há, a nosso ver, a produção de um efeito de ameaça aos sujeitos trabalhadores e um conseqüente efeito de instauração do medo: os brasileiros trabalhadores deveriam estar com medo de perder o emprego, em vez de ter medo do vírus: “[...] E quem sabe eu tenha que **mandar 22 mil colaboradores embora**. E 1 emprego no comércio é cinco para trás (na indústria). Então, **se eu tenho 22 mil colaboradores, eu tenho 120 mil pessoas dependendo da Havan**” (SD2, grifamos); “[...] **ao invés de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego?** Será que sua empresa tem condições de segurar o seu salário por 60, 90 dias?” (SD3, grifamos); “[...] **quando terminar o socorro às pessoas, as empresas vão estar fragilizadas**, [...]” (SD4, grifamos). E esse funcionamento culmina, na SD4, com a possibilidade de morte das empresas: “[...] Aí então haverá a morte de CNPJ”.

Do exposto, observamos que sentidos relacionados à vida e à saúde surgem, nesse processo discursivo, para reforçar a maior importância da empresa e de sua existência íntegra, em lugar da vida, da saúde e da integridade do sujeito trabalhador. Tal funcionamento leva a classe trabalhadora a ter

medo de respeitar as medidas de proteção e de prevenção da disseminação do vírus, pois manter a quarentena e não ir trabalhar resultará na aniquilação dos empregos. Assim, os efeitos de sentido produzidos por esses dizeres convergem para reforçar a dicotomia economia/empresa X saúde/trabalhador, em que os primeiros elementos desse binômio são superestimados em detrimento dos segundos.

A atribuição de sentidos à quarentena/*lockdown*, como sendo um custo, evidencia que os desdobramentos da pandemia são significados e quantificados apenas em termos econômicos/financeiros/monetários; e não em termos de risco à vida, à saúde e em termos de vidas humanas perdidas ou expostas a riscos de morte. O isolamento social, enquanto medida de proteção, é significado como dinheiro perdido, como o que se deixou de lucrar, e não como vidas que puderam ser salvas. Essa é uma das marcas do cinismo¹⁴ que perpassa o menosprezo à vida do sujeito trabalhador, e faz emergir o acirramento da luta de classes em relação às questões de saúde pública.

A saúde pública não surge no fio do discurso dos sujeitos identificados à FD dos empregadores/empresários como um direito fundamental atrelado à dignidade humana, como um direito imanente à condição humana. Entendemos que perpassa esse discurso, como um implícito, a afirmação de que esse custo será arcado pela classe empregadora, pelos detentores dos meios de produção e não pelos trabalhadores ou pelo Estado. Seguindo esse caminho de significação, a conclusão, em uníssono para essa rede discursiva, é de que os grandes prejudicados com a pandemia seriam apenas e exclusivamente os empregadores – pois a sua produção (e o seu correspondente lucro) seria interrompida pela proteção da vida do sujeito trabalhador.

Isso pode ser melhor visto na SD 4, por exemplo, quando o órgão vital de um ser humano, o coração, é utilizado para referenciar a “vida” de uma empresa, tal como utilizou o Ministro Paulo Guedes, “a indústria está rodando a 40 dos cem possíveis dos sinais vitais”, mencionado pelo sujeito enunciador, “O que a gente não queria é que, **por conta de ter estado junto no combate à pandemia, o meu coração que está batendo a 40, eu não consigo retomar**, os funcionários caem de novo na nossa folha”. Essa conclusão sustenta-se na significação da pandemia de modo dicotômico, em que, de um lado, temos economia/empresas e, de outro, temos vida/saúde como fatores antagônicos não passíveis de conciliação, uma vez que a luta de classes não cessa os movimentos de dominação/subordinação.

14 Trabalhamos a questão do cinismo a partir das considerações de Zizek (1996) e consideramos, para a construção deste gesto de leitura, a análise de Vinhas. Para a autora, “a razão cínica permite ter consciência e, mesmo com consciência, manter a exploração como forma de gozar a partir do sofrimento do outro sobre o qual se legisla em uma sociedade de fraqueza das instituições e de aparência democrática. O sujeito cínico [...] compreende o funcionamento sócio-histórico-ideológico no qual está inserido e a forma como ele se posiciona nesse funcionamento; compreendendo o seu papel, decide manter a máscara ao invés de resistir” (VINHAS, 2019, p. 34). É esse posicionamento cínico que observamos em nossas análises.

Considerações finais

Como um possível efeito de fechamento de nossa leitura, com o olhar voltado para uma das premissas que sustenta a teoria da Análise de Discurso pêcheuxtiana: “Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?” (PÊCHEUX, [1990] 2010, p. 314), retomamos os procedimentos analíticos propostos por Ernst (2009), quais sejam: *falta*, *excesso* e *estranhamento*, quando na leitura do nosso *corpus*. E, então, nos perguntamos: o que *falta* na estrutura dos enunciados em análise?

De acordo com nossa interpretação, acreditamos que a *falta*, de ordem sintática, define o que, da estrutura, deve ser analisado com relação à exterioridade, ao interdiscurso. Ou seja, a respeito desse discurso que nega a saúde de quem trabalha, a vida dos sujeitos trabalhadores, o risco de morte, a dignidade humana, o direito de proteger a vida e de preservar a saúde, identificamos a *falta* de termos que incluíssem o sujeito trabalhador na esfera de direitos mínimos decorrentes da condição de cidadão. Não há, no interior da FD dos empregadores/empresários, elementos que indiquem um processo de significação do sujeito trabalhador como uma vida e, sim, como um objeto de/para o trabalho; de/para a manutenção das relações de produção. Nesse modo de atribuir sentido à pandemia, faltam elementos que indiquem a valorização da vida e da saúde da classe trabalhadora que também deve ter acesso às medidas de proteção e de prevenção, como direitos básicos a serem fruídos por toda população brasileira.

De outro lado, há o *excesso* de marcas, como é o caso da repetição de alguns termos, evidenciando que na rede de saberes em pauta, a crise sanitária e as emergências de saúde pública dela decorrentes, são percebidas e significadas exclusivamente em termos financeiros: como cifras, como valores (perdidos). Isso torna a significação desse acontecimento histórico saturada de efeitos de sentido econômicos, em contraposição a efeitos de sentido que representam os aspectos humanos/humanitários envolvidos na crise sanitária.

Dessa forma, como podemos observar ao longo deste exercício analítico, a proteção da saúde e a prevenção dos riscos sanitários mostram-se, pelo funcionamento do presente discurso, como privilégios de classe. Cumprir o isolamento social, como medida preventiva à disseminação e à contaminação da Covid-19, é significado como uma possibilidade de resguardo da saúde viável apenas para as classes econômicas favorecidas. Para as demais classes, resta o dever de trabalhar, de continuar a produção para que os CNPJs não sucumbam à pandemia.

Dito isso, acrescentamos que a AD, conforme refere Pêcheux ([1988] 2009, p. 22), “surgiu na forma de um trabalho político e científico especializado, visando a tomar uma posição em um campo logicamente estabilizado (demonstrando/criticando/justificando este ou aquele discurso,

inscrito nesta ou naquela posição)”. Então, para dar mais alguns passos em direção ao nosso fechamento, estendemos a discussão concordando com a proposição pècheuxtiana de que é certo que nossas práticas de análise não acontecem sem uma interrogação política.

Por isso, por último, ainda pontuamos: o que há de estranho nesse modo de significação da pandemia? A nosso ver, o *estranhamento* encontra-se justamente no efeito de sentido cínico de tratar/significar o isolamento social como algo “tranquilo”, como uma fase de possível descanso - “[...] Você que é funcionário, **que talvez esteja em casa numa boa, numa tranquilidade, curtindo um pouco esse home office, esse descanso forçado**, você já se deu conta de que, ao invés de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego? [...]” (SD3, grifamos). Quem está tranquilo em casa quando há sérios riscos para a sua saúde e de seus familiares? Quem está tranquilo quando há riscos reais de morte para toda a população?

Assim, essas práticas discursivas revelam as violências de diversas ordens que as classes dominantes exercem sobre as classes trabalhadoras. Nas condições de produção atuais, precisamente, essas violências limitam as possibilidades de sobrevivência em meio à crise sanitária global. Significar o *lockdown* como algo positivo, como um descanso, quando o que está por trás dessa medida de confinamento coletivo é uma doença que representa riscos reais/concretos de morte e que já vitimou mais de 657 mil pessoas no Brasil¹⁵, é, sem dúvida, desumano. Para intensificar nossas inquietações, observamos que esse discurso excludente encontra apoio na Presidência da República, em discursos produzidos a partir desse lugar institucional de fala¹⁶ que evidencia e propaga efeitos de sentido de negligência e de abandono das classes vulneráveis que necessitam de suporte do Poder Público para sobreviver em tempos de crise sanitária global. Com isso, o discurso do Estado, por meio do Presidente, alinha-se ao funcionamento ideológico da FD dos empregadores/empresários e não à parcela da população vulnerável.

Por fim, ancoradas em nosso gesto de leitura, compreendemos que o embate das diferenças de classe no contexto da Covid-19 recupera/materializa/reforça as desigualdades sociais, de base econômica, construídas historicamente. Com amparo teórico nos pressupostos da AD, buscamos, assim, entender, por meio do percurso que realizamos, os efeitos de sentido que decorrem desse jogo de forças entre classes sociais. Nosso gesto evidencia, ainda, a importância da linguagem para a compreensão e reflexão sobre temas públicos em contextos de crise.

15 Informação oficial a partir de dados do governo federal datada do dia 20 de março de 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

16 Acerca dos discursos produzidos pelo capitão da República no contexto da crise sanitária, em especial, remetemos o leitor a análises mais específicas e detalhadas sobre os dizeres provindos desse lugar institucional de fala e de exercício do poder público como, por exemplo, em: RECUERO; SOARES, 2021; SOUZA, 2022.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.

CAZARIN, E. A. Gestos Interpretativos na Configuração Metodológica de uma FD. *Revista Organon*. v. 24, n. 48, p. 103-118, 2010.

CORONAVÍRUS: Empresários minimizam pandemia e são criticados na internet. *Correio Braziliense*. Publicado em 24 março 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/24/interna-brasil,836326/coronavirus-empresarios-minimizam-pandemia-e-sao-criticados-internet.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

DINIZ, D.; CARINO, G.. Patroas, empregadas e coronavírus. *El País*. Publicado em 20 março 2020, 21:59. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-21/patroas-empregadas-e-coronavirus.html>>. Acesso em: 02 abril 2020.

EM CORO com Bolsonaro, véio da Havan chama coronavírus de “histeria” e ameaça demissão em massa durante live. *Revista Fórum*. Publicado em 22 março 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/coronavirus/em-coro-com-bolsonaro-veio-da-havan-chama-coronavirus-de-histeria-e-ameaca-demissao-em-massa-durante-live/>>. Acesso em: 23 mar. 2020.

244

ERNST, A. P. *A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/ interpretação do corpus discursivo*. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2015.

GRIGOLETTO, E. Do lugar discursivo à posição sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; e CAZARIN, E. *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*, Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

Madero, Havan, Giraffas: empresários criticam medidas de combate à pandemia... UOL Economia. Publicado em 24 março 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MATHIAS, M.; TORRES, R. Assim se organizou a Caminhada da Morte. Publicado em 08 maio 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/>>

[outrasaude/o-suplicio-do-cpf-para-tirar-o-cnpj-da-uti/](#)>. Acesso em: 21 maio 2020.

MELO, M. L. de. Primeira vítima do RJ era doméstica [...]. Publicado em 19 março 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: 02 abril 2020.

ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas. Mundo vive um dos anos mais difíceis em necessidades humanitárias. Publicado em 09 dezembro 2021 - 2021a. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1773152>>. Acesso em 18 dez. 2021.

ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas. ONU: 274 milhões de pessoas precisarão de ajuda de emergência em 2022. Publicado em 02 dezembro 2021 - 2021b. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772372>>. Acesso em 18 dez. 2021.

ORLANDI, E. P. *Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PADIGLIONE, C. Justus explica áudio em que chama novo coronavírus de 'gripezinha'. *Folha de S.Paulo*. Publicado em 23 março 2020. Disponível em: <https://telepadi.folha.uol.com.br/justus-explica-audio-seu-sobre-ressalvas-a-quarentena-pelo-coronavirus/>. Acesso em: 31/03/2020.

245

PATRIOLINO, L. Bolsonaro minimiza pandemia e quer fim da obrigatoriedade de máscaras. *Correio Braziliense*. Publicado em 24 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/08/4945614-bolsonaro-minimiza-pandemia-e-quer-fim-da-obrigatoriedade-de-mascaras.html>>.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução de E. P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1988].

PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Organização de Françoise Gadet e Tony Hak. Tradução de B. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1990].

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

RECUERO, R.; SOARES, F. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. *E-compós*. v. 24., 2021. p. 01-29.

SARMENTO, D. *Dignidade da pessoa humana* – conteúdo, trajetória e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SILVA, N. S.; SOUZA, M. J. Discurso em análise: uma reflexão sobre a luta de classes materializada no discurso acerca da pandemia da COVID-19. *Revista Porto das Letras*, Dossiê Discurso, doença, risco, v. 07, n. 02. 2021a.

SILVA, N. S.; SOUZA, M. J. Reflexões sobre a produção e a circulação de sentidos acerca da Covid-19 à luz da Análise de Discurso. *RELACult* - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 4, 2021b.

SOUZA, M. J. Crise sanitária e violência simbólica: uma análise de práticas discursivas do presidente da República Federativa do Brasil. *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, 2022.

VINHAS, L. I. Processo de interpelação ideológica e cinismo na pesquisa em Análise do Discurso. *Revista Letras Raras*, v. 8, n. 2, p. 29-40, 2019.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, S.(Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-332.